



VICENTE PAULO
MARCELO ALEXANDRINO

Resumo de DIREITO
CONSTITUCIONAL
DESCOMPLICADO

17^a
edição revista e
atualizada



- Os autores deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelos autores até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.
- Fechamento desta edição: 08.05.2023
- Os autores e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.
- **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**
- Direitos exclusivos para a língua portuguesa
Copyright © 2023 by
Editora Forense Ltda.
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
Travessa do Ouvidor, 11 – Rio de Janeiro – RJ – 20040-040
www.grupogen.com.br
- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.
- Capa: Aurélio Corrêa
- **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO.**
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

P356r

Paulo, Vicente

Resumo de direito constitucional descomplicado / Vicente Paulo, Marcelo Alexandrino. – 17. ed., – Rio de Janeiro: Método, 2023.

Inclui bibliografia e índice

ISBN 978-65-5964-858-0

1. Direito constitucional – Brasil. 2. Direito constitucional – Problemas, questões, exercícios. 3. Serviço público – Brasil – Concursos. I. Alexandrino, Marcelo. II. Título.



23-83592

CDU: 342(81)

Meri Gleice Rodrigues de Souza – Bibliotecária – CRB-7/6439

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1

DIREITO CONSTITUCIONAL E CONSTITUIÇÃO	1
1. Origem, conteúdo e objeto do Direito Constitucional.....	1
1.1. Constituição em sentido sociológico, político e jurídico	2
2. Classificação das Constituições	4
2.1. Quanto à origem	4
2.2. Quanto à forma	5
2.3. Quanto ao modo de elaboração	5
2.4. Quanto ao conteúdo	5
2.5. Quanto à estabilidade.....	6
2.6. Quanto à correspondência com a realidade (critério ontológico)...	7
2.7. Quanto à extensão.....	7
2.8. Quanto à finalidade.....	8
2.9. Quanto à sistematização	9
2.10. Classificação e estrutura da Constituição Federal de 1988.....	9
3. Entrada em vigor de uma nova Constituição.....	11
3.1. Retroatividade mínima	12
3.2. Entrada em vigor da nova Constituição e a Constituição pretérita..	13
3.2.1. Desconstitucionalização	13
3.3. Direito ordinário pré-constitucional incompatível.....	14
3.4. Direito ordinário pré-constitucional compatível.....	14
3.5. Direito ordinário pré-constitucional não vigente.....	17
3.6. Direito ordinário em período de <i>vacatio legis</i>	18
4. Classificação das normas constitucionais quanto ao grau de eficácia e aplicabilidade	19
4.1. Normas de eficácia plena	19
4.2. Normas de eficácia contida	20
4.3. Normas de eficácia limitada.....	20
4.3.1. Eficácia das normas programáticas.....	22
5. Interpretação da Constituição	23
5.1. Princípio da unidade da Constituição.....	23
5.2. Princípio do efeito integrador	24
5.3. Princípio da máxima efetividade	24
5.4. Princípio da justeza.....	24
5.5. Princípio da harmonização	24

5.6. Princípio da força normativa da Constituição.....	25
5.7. Interpretação conforme a Constituição	25
6. Poder constituinte	26
6.1. Conceito.....	26
6.2. Titularidade e exercício	26
6.3. Espécies	27
6.3.1. Poder constituinte originário.....	27
6.3.2. Poder constituinte derivado	28
6.3.3. Poder constituinte difuso.....	28
6.3.4. Poder constituinte supranacional.....	29

CAPÍTULO 2

PRINCÍPIOS, DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS	31
1. Princípios fundamentais	31
2. Direitos e garantias fundamentais – teoria geral e regime jurídico ...	35
2.1. Origem.....	35
2.2. Os quatro <i>status</i> de Jellinek.....	35
2.3. Distinção entre direitos e garantias	36
2.4. Características.....	36
2.5. Dimensões objetiva e subjetiva.....	37
2.6. Classificação	38
2.7. Destinatários	39
2.8. Relações privadas.....	39
2.9. Natureza relativa	40
2.10. Restrições legais.....	40
2.11. Conflito (ou colisão).....	41
2.12. Renúncia	41
3. Os direitos fundamentais na Constituição de 1988 – aspectos gerais..	42
3.1. Aplicabilidade imediata	43
3.2. Enumeração aberta.....	44
3.3. Restrições e suspensões admitidas constitucionalmente.....	44
3.4. Tratados e convenções internacionais com força de emenda constitucional.....	44
3.5. Tribunal Penal Internacional.....	45
4. Direitos e deveres individuais e coletivos enumerados na Constituição Federal de 1988 (art. 5.º).....	46
4.1. Direito à vida	46
4.2. Direito à liberdade	47
4.3. Princípio da igualdade (art. 5.º, <i>caput</i> , e inciso I).....	47
4.4. Princípio da legalidade (art. 5.º, II).....	50
4.5. Liberdade de expressão (art. 5.º, IV, V, IX, XIV)	51
4.6. Liberdade de crença religiosa e convicção política e filosófica (art. 5.º, VI, VII, VIII)	54

4.7. Inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas (art. 5.º, X).....	57
4.8. Inviolabilidade domiciliar (art. 5.º, XI).....	59
4.9. Inviolabilidade das correspondências e comunicações (art. 5.º, XII)...	60
4.10. Liberdade de atividade profissional (art. 5.º, XIII)	63
4.11. Liberdade de reunião (art. 5.º, XVI).....	63
4.12. Liberdade de associação (art. 5.º, XVII a XIX).....	64
4.13. Direito de propriedade (art. 5.º, XXII a XXXI).....	64
4.14. Desapropriação (art. 5.º, XXIV)	66
4.15. Requisição administrativa (art. 5.º, XXV).....	67
4.16. Defesa do consumidor (art. 5.º, XXXII).....	68
4.17. Direito de informação (art. 5.º, XXXIII).....	68
4.18. Direito de petição (art. 5.º, XXXIV, “a”).....	69
4.19. Direito de certidão (art. 5.º, XXXIV, “b”).....	70
4.20. Princípio da inafastabilidade de jurisdição (art. 5.º, XXXV)....	70
4.21. Proteção ao direito adquirido, à coisa julgada e ao ato jurídico perfeito (art. 5.º, XXXVI).....	72
4.22. Juízo natural (art. 5.º, XXXVII e LIII).....	73
4.23. Júri popular (art. 5.º, XXXVIII).....	73
4.24. Princípio da legalidade penal e da retroatividade da lei penal mais favorável (art. 5.º, XXXIX e XL).....	75
4.25. Vedação ao racismo (art. 5.º, XLII)	76
4.26. Tortura, tráfico de entorpecentes, terrorismo, crimes hediondos e ação de grupos armados contra a ordem constitucional (art. 5.º, XLIII e XLIV).....	77
4.27. Pessoalidade da pena (art. 5.º, XLV)	78
4.28. Princípio da individualização da pena; penas admitidas e penas vedadas (art. 5.º, XLVI e XLVII).....	78
4.29. Extradicação (art. 5.º, LI e LII).....	79
4.30. Devido processo legal (art. 5.º, LIV).....	80
4.30.1. Princípio da razoabilidade ou proporcionalidade.....	81
4.31. Contraditório e ampla defesa (art. 5.º, LV)	82
4.31.1. Ampla defesa e duplo grau de jurisdição.....	83
4.32. Vedação à prova ilícita (art. 5.º, LVI).....	83
4.33. Princípio da presunção da inocência (art. 5.º, LVII).....	85
4.34. Identificação criminal do civilmente identificado (art. 5.º, LVIII)...	86
4.35. Ação privada subsidiária da pública (art. 5.º, LIX).....	87
4.36. Hipóteses constitucionais em que é possível a prisão (art. 5.º, LXI, LXVI).....	88
4.37. Respeito à integridade física e moral, direito de permanecer calado e outros direitos do preso (art. 5.º, XLIX, LXII, LXIII, LXIV e LXV).....	89

4.38. Prisão civil por dívida (art. 5.º, LXVII)	92
4.39. Assistência jurídica gratuita (art. 5.º, LXXIV)	93
4.40. Indenização por erro judiciário e excesso na prisão (art. 5.º, LXXV).....	93
4.41. Gratuidade do registro civil de nascimento, da certidão de óbito, do <i>habeas corpus</i> , do <i>habeas data</i> e, na forma da lei, dos atos necessários ao exercício da cidadania (art. 5.º, LXXVI e LXXVII)	94
4.42. Celeridade processual (art. 5.º, LXXVIII).....	94
4.43. Proteção dos dados pessoais (art. 5.º, LXXIX).....	95
4.44. <i>Habeas corpus</i> (art. 5.º, LXVIII).....	95
4.45. Mandado de segurança (art. 5.º, LXIX e LXX).....	99
4.45.1. Legitimação ativa.....	99
4.45.2. Legitimação passiva.....	100
4.45.3. Descabimento	100
4.45.4. Medida liminar.....	101
4.45.5. Prazo para impetração.....	101
4.45.6. Competência.....	102
4.45.7. Duplo grau de jurisdição	102
4.45.8. Honorários advocatícios	102
4.45.9. Desistência.....	102
4.45.10. Mandado de segurança coletivo.....	102
4.46. Mandado de injunção.....	103
4.46.1. Cabimento.....	104
4.46.2. Descabimento	105
4.46.3. Legitimação no mandado de injunção individual	105
4.46.4. Efeitos da decisão.....	106
4.46.5. Alcance temporal da decisão.....	107
4.46.6. Mandado de injunção coletivo	108
4.47. <i>Habeas data</i>	109
4.48. Ação popular	110
5. Direitos Sociais.....	112
5.1. Noções	112
5.2. Direitos sociais coletivos dos trabalhadores (arts. 8.º a 11).....	115
5.3. Direitos sociais e o princípio da proibição de retrocesso social....	117
5.4. A problemática da concretização dos direitos sociais: <i>reserva do possível</i> , <i>garantia do mínimo existencial</i> e implementação de políticas públicas pelo Poder Judiciário.....	118
6. Nacionalidade.....	119
6.1. Noções	119
6.2. Espécies de nacionalidade	120
6.3. Critérios de atribuição de nacionalidade	120
6.4. Brasileiros natos (aquisição originária)	121
6.5. Brasileiros naturalizados (aquisição secundária).....	122

6.6. Portugueses residentes no Brasil.....	123
6.7. Tratamento diferenciado entre brasileiro nato e naturalizado....	123
6.8. Perda da nacionalidade.....	124
6.9. Dupla nacionalidade.....	124
7. Direitos políticos.....	125
7.1. Noções.....	125
7.2. Direito ao sufrágio.....	125
7.3. Capacidade eleitoral ativa.....	126
7.4. Plebiscito e referendo.....	127
7.5. Capacidade eleitoral passiva.....	128
7.6. Inelegibilidades.....	130
7.6.1. Inelegibilidade absoluta.....	130
7.6.2. Inelegibilidade relativa.....	130
7.6.2.1. Motivos funcionais.....	131
7.6.2.2. Motivos de casamento, parentesco ou afi- nidade.....	131
7.6.2.3. Condição de militar.....	133
7.6.2.4. Previsões em lei complementar.....	133
7.7. Privação dos direitos políticos.....	134
7.8. Princípio da anterioridade eleitoral.....	135

CAPÍTULO 3

ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA.....	137
1. Introdução.....	137
2. Formas de Estado.....	137
3. Formas de Governo.....	139
4. Sistemas de Governo.....	139
5. Regimes de Governo.....	141
6. A Federação na Constituição de 1988.....	142
6.1. União.....	144
6.2. Estados-membros.....	145
6.2.1. Auto-organização e autolegislação.....	146
6.2.2. Autogoverno.....	147
6.2.3. Autoadministração.....	148
6.2.4. Vedações ao poder constituinte decorrente.....	148
6.3. Municípios.....	149
6.4. Distrito Federal.....	153
6.5. Territórios Federais.....	154
6.6. Formação dos estados.....	154
6.7. Formação dos municípios.....	155
6.8. Formação dos Territórios Federais.....	156
6.9. Vedações constitucionais aos entes federados.....	157
7. Intervenção federal.....	157
7.1. Intervenção federal espontânea.....	158

7.2. Intervenção federal provocada.....	158
7.3. Decreto interventivo.....	159
7.4. Controle político.....	160
8. Intervenção nos municípios.....	160
CAPÍTULO 4	
REPARTIÇÃO DE COMPETÊNCIAS.....	163
1. Noções.....	163
1.1. Espécies de competências.....	163
1.2. Modelos de repartição.....	164
1.3. Técnica adotada pela Constituição de 1988.....	164
2. Competências da União.....	166
3. Competência comum.....	170
4. Competência legislativa concorrente.....	171
5. Competências dos estados.....	173
6. Competências do Distrito Federal.....	174
7. Competências dos municípios.....	175
CAPÍTULO 5	
PODER LEGISLATIVO.....	179
1. Funções.....	179
2. Composição.....	180
2.1. Congresso Nacional.....	180
2.2. Câmara dos Deputados.....	181
2.3. Senado Federal.....	181
3. Órgãos.....	182
3.1. Mesas diretoras.....	182
3.2. Comissões.....	183
3.2.1. Comissões parlamentares de inquérito.....	184
3.2.1.1. Criação.....	185
3.2.1.2. Poderes de investigação.....	185
3.2.1.3. Direitos dos depoentes.....	186
3.2.1.4. Competência.....	187
3.2.1.5. Incompetência.....	188
3.2.1.6. Controle judicial.....	189
3.3. Plenário.....	189
4. Reuniões.....	189
5. Atribuições.....	190
5.1. Atribuições do Congresso Nacional.....	190
5.2. Atribuições da Câmara dos Deputados.....	193
5.3. Atribuições do Senado Federal.....	194
5.4. Convocação e pedido de informações a Ministro de Estado....	197
6. Estatuto dos Congressistas.....	197
6.1. Imunidades.....	198
6.1.1. Imunidade material.....	198

6.1.2. Imunidade formal.....	199
6.2. Foro especial em razão da função.....	201
6.3. Afastamento do Poder Legislativo.....	203
6.4. Desobrigação de testemunhar.....	203
6.5. Incorporação às Forças Armadas	204
6.6. Subsistência das imunidades	204
6.7. Incompatibilidades.....	204
6.8. Perda do mandato	205
6.9. Renúncia ao mandato.....	206
6.10. Manutenção do mandato.....	207
6.11. Deputados estaduais, distritais e vereadores	207
7. Tribunais de Contas	208
7.1. Tribunal de Contas da União.....	208
7.2. Tribunais de contas estaduais, distrital e municipais	213

CAPÍTULO 6

PROCESSO LEGISLATIVO	215
1. Conceito	215
2. Classificação.....	215
3. Processo legislativo ordinário.....	216
3.1. Fase introdutória.....	216
3.1.1. Iniciativa e Casa iniciadora	216
3.1.2. Iniciativa popular	217
3.1.3. Iniciativa privativa do Chefe do Executivo.....	217
3.1.4. Iniciativa dos tribunais do Poder Judiciário	218
3.1.5. Iniciativa em matéria tributária	218
3.1.6. Iniciativa da lei de organização do Ministério Público..	219
3.1.7. Iniciativa das leis de organização dos tribunais de contas..	219
3.1.8. Iniciativa privativa e emenda parlamentar	220
3.1.9. Vício de iniciativa e sanção.....	220
3.2. Fase constitutiva.....	220
3.2.1. Abolição da aprovação por decurso de prazo.....	221
3.2.2. Atuação prévia das comissões.....	221
3.2.3. Deliberação plenária	221
3.2.4. Aprovação definitiva pelas comissões.....	222
3.2.5. Sanção.....	223
3.2.6. Veto.....	223
3.3. Fase complementar.....	225
3.3.1. Promulgação.....	226
3.3.2. Publicação.....	226
4. Procedimento legislativo sumário.....	228
5. Processos legislativos especiais	228
5.1. Emendas à Constituição.....	228
5.2. Medidas provisórias	229

5.2.1.	Desnecessidade de convocação extraordinária.....	230
5.2.2.	Limitações materiais.....	230
5.2.3.	Procedimento legislativo	232
5.2.4.	Efeitos da medida provisória sobre lei pretérita.....	234
5.2.5.	Prazo de eficácia.....	234
5.2.6.	Trancamento de pauta	234
5.2.7.	Trancamento subsequente de pauta	235
5.2.8.	Perda de eficácia.....	236
5.2.9.	Apreciação plenária	236
5.2.10.	Conversão parcial	236
5.2.11.	Reedição	237
5.2.12.	Medida provisória e impostos.....	237
5.2.13.	Art. 246 da Constituição Federal.....	237
5.2.14.	Medidas provisórias anteriores à EC 32/2001	238
5.2.15.	Retirada.....	238
5.2.16.	Revogação	239
5.2.17.	Apreciação judicial dos pressupostos constitucionais	240
5.2.18.	Medida provisória nos estados-membros	240
5.3.	Leis delegadas.....	240
5.4.	Decretos legislativos	242
5.5.	Resoluções	242
6.	Processo legislativo nos estados-membros e municípios.....	243
7.	Controle judicial do processo legislativo.....	243

CAPÍTULO 7

MODIFICAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988	245
1. Mutações, revisão e reforma.....	245
1.1. Revisão constitucional	246
1.2. Emenda constitucional	247
2. Limitações ao poder de reforma	248
2.1. Limitações temporais	248
2.2. Limitações circunstanciais	248
2.3. Limitações processuais ou formais	249
2.3.1. Limitações processuais ligadas à apresentação da proposta de emenda à Constituição.....	249
2.3.2. Limitações processuais ligadas à deliberação sobre a proposta de emenda à Constituição.....	250
2.3.3. Limitações processuais ligadas à promulgação da emenda	250
2.3.4. Limitações processuais ligadas à vedação de reapreciação de proposta rejeitada ou havida por prejudicada.....	251
2.4. Limitações materiais	251
2.4.1. A expressão “não será objeto de deliberação”.....	252
2.4.2. A expressão “tendente a abolir”	253

2.4.3. Cláusula pétreia e “os direitos e garantias individuais”...	253
3. Controle judicial do processo legislativo de emenda	254
4. Controle judicial de emenda promulgada	255
5. Reforma da Constituição estadual	256
CAPÍTULO 8	
PODER EXECUTIVO	257
1. Noção de presidencialismo	257
2. Funções	258
3. Investidura	258
4. Impedimentos e vacância	260
5. Atribuições	261
6. Vice-Presidente da República	264
7. Ministros de Estado	264
8. Órgãos consultivos	264
9. Responsabilização	266
9.1. Crimes de responsabilidade	266
9.2. Crimes comuns	268
9.2.1. Imunidades	269
9.2.2. Prerrogativa de foro	270
10. Governadores de Estado	271
CAPÍTULO 9	
PODER JUDICIÁRIO	273
1. Introdução	273
2. Órgãos do Poder Judiciário	274
3. Funções típicas e atípicas	276
4. Garantias do Poder Judiciário	276
5. Organização da carreira	278
6. Garantias aos magistrados	280
7. Vedações	280
8. Subsídios dos membros do Poder Judiciário	281
9. Conselho Nacional de Justiça	282
10. Supremo Tribunal Federal	286
10.1. Competências	287
11. Superior Tribunal de Justiça	290
11.1. Competências	291
12. Justiça Federal	293
13. Justiça do Trabalho	297
14. Justiça Eleitoral	301
15. Justiça Militar	302
16. Justiça Estadual	303
17. Justiça do Distrito Federal	304
18. Justiça dos Territórios	304
19. “Quinto constitucional”	304

20. Julgamento de autoridades.....	305
21. Precatórios judiciais.....	307
21.1. Exceção ao regime de precatórios.....	308
21.2. Ordem de pagamento.....	308
21.3. Sequestro de valor.....	309
21.4. Vedação ao fracionamento.....	310
CAPÍTULO 10	
FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA.....	311
1. Introdução.....	311
2. Ministério Público.....	311
2.1. Composição.....	312
2.2. Posição constitucional.....	312
2.3. Princípios do Ministério Público.....	313
2.3.1. Princípio da unidade.....	313
2.3.2. Princípio da indivisibilidade.....	313
2.3.3. Princípio da independência funcional.....	313
2.3.4. Autonomia administrativa e financeira.....	313
2.3.5. Princípio do promotor natural.....	315
2.4. Funções do Ministério Público.....	315
2.5. Ingresso na carreira.....	317
2.6. Nomeação dos Procuradores-Gerais.....	318
2.7. Garantias dos membros.....	319
2.8. Vedações constitucionais.....	319
2.9. Conselho Nacional do Ministério Público.....	320
2.10. Ministério Público junto aos tribunais de contas.....	322
2.11. Prerrogativa de foro.....	323
2.12. Atuação perante o Supremo Tribunal Federal.....	324
3. Advocacia pública.....	324
4. Advocacia.....	325
5. Defensoria Pública.....	327
CAPÍTULO 11	
CONTROLE DECONSTITUCIONALIDADE.....	331
1. Introdução.....	331
2. Conceito e espécies de inconstitucionalidades.....	333
2.1. Inconstitucionalidade por ação e por omissão.....	333
2.2. Inconstitucionalidade material e formal.....	333
2.3. Inconstitucionalidade total e parcial.....	334
2.4. Inconstitucionalidade direta e indireta.....	335
2.5. Inconstitucionalidade originária e superveniente.....	336
2.6. Inconstitucionalidade circunstancial.....	336
2.7. Inconstitucionalidade “chapada”, “enlouquecida”, “desvairada”.....	336
3. Sistemas de controle.....	336
4. Modelos de controle.....	337

5. Vias de ação	337
6. Momento do controle.....	339
7. Características gerais do controle jurisdicional de constitucionalidade na Constituição de 1988	339
8. Fiscalização não jurisdicional.....	341
8.1. Poder Legislativo	342
8.2. Poder Executivo	343
8.3. Tribunais de contas.....	343
9. Controle difuso	344
9.1. Introdução	344
9.2. Legitimação ativa.....	344
9.3. Espécies de ações judiciais	345
9.4. Competência	345
9.5. Efeitos da decisão	347
9.6. Atuação do Senado Federal	348
9.7. Súmula vinculante.....	349
9.7.1. Iniciativa	350
9.7.2. Atuação do Procurador-Geral da República	351
9.7.3. Manifestação de terceiros	351
9.7.4. Requisitos	351
9.7.5. Deliberação.....	352
9.7.6. Alcance da força vinculante.....	352
9.7.7. Início da força vinculante.....	353
9.7.8. Descumprimento da súmula vinculante.....	353
9.7.9. Situação das súmulas anteriores à EC 45/2004.....	353
10. Controle abstrato	353
10.1. Introdução.....	353
10.2. Ação direta de inconstitucionalidade.....	354
10.2.1. Conceito.....	354
10.2.2. Legitimação ativa.....	355
10.2.3. Objeto.....	357
10.2.4. Causa de pedir aberta.....	359
10.2.5. Petição inicial.....	359
10.2.6. Imprescritibilidade.....	360
10.2.7. Impossibilidade de desistência	360
10.2.8. Pedido de informações.....	360
10.2.9. Intervenção de terceiros	361
10.2.10. Admissibilidade de <i>amicus curiae</i>	361
10.2.11. Atuação do Advogado-Geral da União	363
10.2.12. Atuação do Procurador-Geral da República	363
10.2.13. Medida cautelar em ADI.....	364
10.2.14. Decisão de mérito.....	366
10.2.14.1. Deliberação	366
10.2.14.2. Natureza dúplice ou ambivalente.....	367

10.2.14.3.	Possibilidade de cumulação de pedidos	367
10.2.14.4.	Princípio da fungibilidade.....	367
10.2.14.5.	Efeitos da decisão	368
10.2.14.6.	Modulação dos efeitos temporais.....	369
10.2.14.7.	Definitividade da decisão de mérito	370
10.2.14.8.	Momento da produção de efeitos	371
10.2.14.9.	Breve resumo do procedimento de ADI perante o STF.....	371
10.3.	Ação direta de inconstitucionalidade por omissão	372
10.3.1.	Introdução	372
10.3.2.	Legitimação ativa.....	373
10.3.3.	Legitimação passiva.....	374
10.3.4.	Objeto.....	374
10.3.5.	Atuação do Advogado-Geral da União e do Procurador- -Geral da República	375
10.3.6.	Concessão de medida cautelar	375
10.3.7.	Efeitos da decisão de mérito.....	376
10.4.	Ação declaratória de constitucionalidade	376
10.4.1.	Introdução	376
10.4.2.	Principais aspectos comuns	377
10.4.3.	Objeto.....	378
10.4.4.	Relevante controvérsia judicial.....	379
10.4.5.	Pedido de informações aos órgãos elaboradores da norma	379
10.4.6.	Medida cautelar.....	379
10.4.7.	Não atuação do Advogado-Geral da União.....	380
10.5.	Arguição de descumprimento de preceito fundamental	380
10.5.1.	Introdução	380
10.5.2.	Objeto da ADPF e conteúdo do pedido	381
10.5.3.	Preceito fundamental	382
10.5.4.	Subsidiariedade da ADPF	382
10.5.5.	Competência e legitimação.....	383
10.5.6.	Medida liminar.....	383
10.5.7.	Decisão.....	383
10.6.	Controle abstrato nos estados.....	387
10.6.1.	Introdução	387
10.6.2.	Competência	388
10.6.3.	Legitimação	388
10.6.4.	Parâmetro de controle	388
10.6.5.	Simultaneidade de ações diretas	388
10.6.6.	Recurso extraordinário contra decisão de ADI estadual ..	390
10.6.7.	Distrito Federal	391
10.6.8.	Representação interventiva.....	392

CAPÍTULO 12

DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS ...	393
1. Introdução	393
2. Estado de defesa.....	393
2.1. Prazo	394
2.2. Abrangência.....	395
2.3. Medidas coercitivas.....	395
2.4. Controle	396
3. Estado de sítio.....	396
3.1. Pressupostos.....	397
3.2. Duração.....	397
3.3. Abrangência.....	397
3.4. Medidas coercitivas.....	398
3.5. Controle	398
4. Forças Armadas	401
5. Segurança pública.....	404

CAPÍTULO 13

ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA	407
1. Introdução	407
2. Princípios gerais da atividade econômica.....	408
2.1. Fundamentos: livre-iniciativa e valorização do trabalho humano ..	408
2.2. Princípios básicos da ordem econômica.....	409
2.2.1. Soberania nacional.....	409
2.2.2. Propriedade privada e sua função social	409
2.2.3. Livre concorrência.....	410
2.2.4. Defesa do consumidor.....	411
2.2.5. Defesa do meio ambiente.....	411
2.2.6. Redução das desigualdades regionais e sociais e busca do pleno emprego.....	412
2.3. Liberdade de exercício de atividades econômicas.....	413
2.4. Atuação do Estado como agente econômico em sentido estrito....	414
2.5. Atuação do Estado como prestador de serviços públicos.....	416
2.6. Atuação do Estado como agente econômico, em regime de monopólio.....	417
2.7. Atuação do Estado como agente regulador.....	418
2.8. Exploração de recursos minerais e potenciais de energia hidráulica	419
3. Política urbana.....	420
4. Política agrícola e fundiária; reforma agrária.....	422
5. Sistema Financeiro Nacional	425

CAPÍTULO 14

ORDEM SOCIAL.....	427
1. Seguridade social.....	427

1.1. Saúde (arts. 196 a 200).....	428
1.2. Previdência social (arts. 201 e 202).....	431
1.2.1. Regras para aposentadoria.....	432
1.2.2. Regime de previdência privada complementar.....	433
1.3. Assistência social (arts. 203 e 204).....	434
2. Educação (arts. 205 a 214).....	434
2.1. Princípios constitucionais do ensino.....	435
2.2. Autonomia das universidades.....	435
2.3. Deveres do Estado em relação ao ensino.....	436
2.4. Participação da iniciativa privada.....	437
2.5. Organização dos sistemas de ensino.....	437
2.6. Aplicação de recursos na educação.....	438
2.7. Plano nacional de educação.....	439
3. Cultura (arts. 215 e 216).....	439
4. Desporto (art. 217).....	440
5. Ciência, tecnologia e inovação (arts. 218, 219, 219-A e 219-B).....	441
6. Comunicação social (arts. 220 a 224).....	442
6.1. Comunicação social e liberdade de informação.....	442
6.2. Regras acerca dos meios de comunicação e programação.....	443
6.3. Participação do capital estrangeiro.....	444
6.4. Controle pelo Poder Legislativo, outorga e renovação da concessão, permissão ou autorização.....	444
7. Meio ambiente (art. 225).....	444
8. Proteção à família, à criança, ao adolescente, ao jovem e ao idoso....	446
9. Indígenas.....	451
BIBLIOGRAFIA.....	453